



O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM AUTISMO E A EFETIVAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZADO ALFABETIZAÇÃO X LETRAMENTO NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO.

Jessica Mayara Santos Silva Souza ¹

Maria Zilda Medeiros da Silva²

Jôse Pessoa de Lima ³

Nadja Maria de Menezes Morais ⁴

Rosilene Felix Mamedes ⁵

RESUMO

Este artigo tem por finalidade levantar a discussão sobre a importância de incluir as crianças autistas a partir de práticas inclusivas que favoreçam o ensino-aprendizagem resguardando as suas especificidades. Respalda, ainda, nos direitos fundamentais constitucionais que garantem a escola para todos. Dessa forma, buscamos entender as principais problemáticas que inviabilizam o processo de inclusão de alunos com autismo na rede regular de ensino, no tocante ao ensino das habilidades leitoras. Como procedimento metodológico optamos pela abordagem bibliográfica, pois a partir da revisão bibliográfica os pressupostos da atuação docente frente ao desenvolvimento das habilidades de alfabetização e letramento (leitura) das crianças autistas na escola regular tem uma melhor elucidação, além de caracterizar-se por uma pesquisa de campo, tendo como *locus* escolas municipais da Educação Básica, do segmento das turmas do 1º ano, no município de João Pessoa. Esta pesquisa teve o intuito de analisar, mapear, observar e descrever a atuação docente, o desenvolvimento das habilidades simbólicas, conceituais, intelectuais, cognitivas, e a colaboração dessas habilidades para a inserção e interação social das crianças diante da efetivação de educação inclusiva nesta modalidade de ensino. Como alicerce para a nossa fundamentação teórica trabalhamos com Bosa e Camargo (2009), Campos, Nário e Souza (2012), Soares (2003) entre outros.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada pela Curso de Pedagogia da Faculdade Internacional-FPB, jessica.mayara_123@icloud.com;

² Graduada pelo Curso de Letras/Libras da Universidade Federal - UFPB, zilda_natura@hotmail.com;

³ Mestre pelo Curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, josypessoa10@hotmail.com

⁴ Especialista em Neuropsicopedagogia- Uninassau- Tutora Uniasselvi email:-nadja.lah@hotmail.com

⁵ Professor orientador: Mestra em Linguística, Doutoranda em Letras-UFPB-PPGL- email:
rosilenefmamedes@gmail.com



O termo inclusão refere-se a um movimento e/ou luta mundial das pessoas com deficiências na busca da efetivação de seus direitos e de um lugar na sociedade. Essa luta surgiu em decorrência de um longo processo de exclusão vivenciado pelas pessoas com deficiência nos diversos âmbitos sociais, e, principalmente, no que diz respeito aos espaços educativos. No processo de ensino aprendizagem, incluir significa proporcionar a unificação da educação especial na escola regular, sem nenhum tipo de discriminação e/ou diferenciação, de forma a contribuir para o desenvolvimento dessas pessoas, não só no âmbito pedagógico, mas também no social, cultural e político.

Após a Constituição Federal de 1988, tivemos a construção de todo o aparato legislativo que garante a inclusão nos espaços educacionais. A partir dessa legislação, as crianças, que até então, eram renegadas o direito de aprender, passaram a frequentar os espaços educacionais, desenhando assim, um momento crucial e decisivo que obrigou as escolas e docentes a se recriarem, e se reinventarem, uma vez que precisaram construir estratégias, métodos que pudessem, não apenas inserir crianças, mas, sobretudo, incluir alunos a partir das suas especificidades.

Nesse sentido, este artigo tem a intencionalidade de levantar a discussão sobre a importância de incluir as crianças autistas a partir de práticas inclusivas que favoreçam o ensino-aprendizagem, resguardando as suas especificidades. Respalda-se, ainda, nos direitos fundamentais constitucionais que garantem a escola para todos. Dessa forma, buscamos desenvolver este trabalho de forma colaborativa para o processo de inclusão das crianças autistas, por meio do desenvolvimento das habilidades leitoras e letramento, visto que a educação inclusiva tem um enfoque mais amplo, seja nas mediações pedagógicas ou no desenvolvimento intelectual, cognitivo, social, físico-estrutural.

Assim, podemos perceber que a maioria dos docentes necessitam de um apoio a despeito da inserção de pessoas com deficiências na escola regular, pois, segundo Saviani (2009, p.153), é “[...] necessário instituir um espaço específico para cuidar da formação de professores para essa modalidade de ensino”.

Como principais problemáticas para a inclusão de alunos com autismo na rede regular de ensino, destacamos as turmas numerosas com muitas crianças com e sem laudos que possuem necessidades especiais das mais diversas, demandando, assim, do docente novas metodologias, habilidades e estratégias que insiram e contemplem o ensino-aprendizagem da diversidade de aprendentes que temos em sala de aula. Atrelada às questões estruturantes que estão no espaço escolar, apontamos o número elevado de crianças com dificuldade de aprendizagens, transtornos ou patologias que estão no mesmo espaço. Outro ponto importante



se refere a questão dessas crianças que não apresentam nem ao menos laudo que possa nortear o docente para o exercício adequado para o desenvolvimento da leitura, escrita e demais habilidades que cabem a escola desenvolver.

Dito isso, cabe refletir ainda sobre a formação docente, tanto inicial, como a continuada que não o habilita e nem forma os professores para o atendimento ideal dessas crianças no espaço escolar.

METODOLOGIA

Como proposta metodológica desenvolvemos a partir de uma revisão bibliográfica, levantando pressupostos da atuação docente, frente ao desenvolvimento das habilidades de alfabetização e letramento (leitura) das crianças autistas na escola regular, da Educação Básica, no 1º ano, no município de João Pessoa. Este estudo também se caracteriza por uma pesquisa de campo, tendo como *locus* escolas municipais, no intuito de analisar, mapear, observar e descrever a atuação docente, o desenvolvimento das habilidades simbólicas, conceituais, intelectuais, cognitivas, e a colaboração dessas habilidades para a inserção e interação social das crianças diante da efetivação de educação inclusiva nesta modalidade de ensino.

Para Bardin (2011, p. 114)

A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências, suficientemente elevadas, para que os cálculos se tornem possíveis.

Já para Lakatos esta análise (2003, p.155) “[...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhece a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Para isso, utilizamos os métodos dedutivos como instrumentos de pesquisa, a saber: coleta de dados por meio documental, referenciando dados de observações direta e intensiva, na busca de informações que apresentem a criança autista no processo de alfabetização e letramento. Assim, foi observado com leituras, alguns resultados relatados por autores que apresentam a inclusão dos alunos autistas na sala de aula.



REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo pretendeu aplicar as teorias da educação inclusiva para crianças autistas em processo de alfabetização. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica no aparato legislativo, bem como autores que se debruçam a estudar o autismo e o processo de alfabetização. Os avanços no atendimento desta modalidade de ensino foram ao longo do tempo se construindo por meio de promulgação de leis, declarações e normativas, como a Declaração Mundial de Educação para todos, 1990 e Declaração de Salamanca 1994, Plano Nacional de Educação 2014. (MEC/SECADI, 2015)

Santos (2002 *apud* ASSUMPÇÃO, 2000, p. 10) diz que “[...] o autismo é considerado um Distúrbio do Desenvolvimento e faz parte de um grupo de condições denominadas, no seu conjunto, de Distúrbios Abrangentes do Desenvolvimento ou transtornos globais do desenvolvimento”. Esse distúrbio/transtorno promove dificuldades qualitativas de interação e comunicação com o meio social, e conseqüentemente traz problemas comportamentais.

Neste sentido, para que haja de fato a inclusão das crianças em salas regulares se faz necessário, segundo Bosa e Camargo (2009), haver o processo de interação dos autistas, para tanto, deve existir um agente de socialização, que promova na interação a troca de ideias e o compartilhamento das atividades. Dessa forma, no que tange ao ensino-aprendizagem da alfabetização x letramento, Soares (2003) distingue ambos, uma vez que para ela a alfabetização é o ato de se tornar “alfabetizado”, enquanto letramento traduz como “condição de ser letrado”.

Para inserir crianças autistas em salas regulares se faz necessário, não apenas garantir as matrículas por meio do aparato legislativo, mas, sobretudo, criar condições de aprendizagem que os garantam evoluírem na aprendizagem, de acordo com as suas especificidades e com o desenvolvimento das suas habilidades no processo de alfabetização x letramento, segundo Piaget (1999), a aprendizagem é um processo de desenvolvimento intelectual, que se dá por meio das estruturas de pensamento e está estritamente relacionada à ação do sujeito sobre o meio.

A aprendizagem é um processo linear de um produto inacabado, que é mediado pela ação de alguém e/ou algo e está em constante mudança e evolução, logo, é objetivo de toda e qualquer escola garantir o ensino e a aprendizagem destas crianças, independentemente das limitações físicas, cognitivas, e estruturais, de modalidade ou nível de ensino, e da faixa etária que estes alunos estão incluídos.



De acordo com Campos, Nário e Souza (2012, p.123),

[...] a inclusão passa a ser responsabilidade coletiva, uma vez que, mediante o trabalho desenvolvido, podemos contribuir para a condição de êxito do aluno na escola. A Educação Inclusiva se faz por meio do trabalho pedagógico, levando em conta novas posturas, exigindo outros olhares sobre a relação ensino-aprendizagem, principalmente, por parte dos educadores.

A inclusão das crianças com autismo nas escolas regulares e, especificamente na modalidade de educação infantil, traz como princípio não apenas a inclusão, mas também a busca de atender as diferenças, ressignificando a aprendizagem, mudando o olhar da escola, e adaptando não apenas o aluno, mas o contexto escolar às necessidades e às especificidades dos mesmos, e, conseqüentemente, gerando experiências ricas e produtivas, favorecendo o desenvolvimento humano, social, interacional, cognitivo, cultural, a elevação da autoconfiança da criança com outras pessoas, proporcionando a oportunidade de convivência e/ou compartilhamento de experiência coletiva, e assim, efetivando o processo ensino-aprendizagem.

Assim, como diz Campos, Nário e Souza:

Sob esta perspectiva é reforçado o processo de legitimação da Educação Inclusiva como espaço aberto à política de representação de diferentes grupos sociais que lutam para reconhecimento dos seus diferentes modos de expressão de seus valores, comportamentos, atitudes, ou seja, diversas formas de manifestações culturais, políticas e sociais. Os direitos garantidos aos indivíduos abrem espaço para a construção de uma cidadania concatenada com um mundo globalizado que é também multiculturalista e fragmentado exigindo mudanças contínuas a exemplo do desenvolvimento de diferentes habilidades. (2012, p. 114)

Em alguns casos, quando o aluno possui um grau leve de autismo ou alta capacidade intelectual, isso possibilita benefícios tanto para a criança, quanto para os seus colegas de sala, mesmo que este grau de autismo seja severo nas capacidades de aprendizagem, o meio escolar é muito significativo para ele, pois possibilita o seu desenvolvimento sócio-interativo, tornando-as mais autônomas e independentes, conquistando o seu lugar tanto na escola, como na família e também na sociedade.

No entanto, é essencial que os professores que trabalham com crianças autistas estejam preparados para lidar com essas crianças, Santos (*et al*, 2002, p.14) nos diz:



Os resultados dos estudos sobre autismo demonstram que os professores apresentam ideias distorcidas a respeito do mesmo, principalmente quanto à incapacidade de comunicação. As dificuldades dos professores, de um modo geral, se apresentaram na forma de ansiedade e conflito ao lidar com o “diferente”.

A afirmação acima demonstra que os professores estão despreparados para trabalhar com essas crianças, pois a falta de conhecimento sobre estes transtornos torna-os inseguros, dificultando seu trabalho pedagógico e, conseqüentemente, impossibilitando-os de trabalhar diretamente com essas crianças, como também de adaptar as suas metodologias, os conteúdos e de desenvolver adequadamente a relação professor-aluno, de maneira a atender as necessidades dos envolvidos, prejudicando sua prática pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem. Com isso Imbernón, (2016, p.82) diz que

[...] o professorado deve dispor de tempo para discutir e compartilhar problemas e soluções, assim como para elaborar os projetos e o material que utilizarão na intervenção educativa, o que significa participar no trabalho em comum, tão necessário em qualquer atividade profissional.

Ou seja, a escola deve oferecer formação continuada em dias e horários que não sejam concomitantes com sua carga horária trabalhada, e que venha a suprir as necessidades desses professores, instruindo-os a lidar com crianças autistas e direcionando-os ao ensino de práxis educativas que venha a colaborar positivamente com o processo de ensino-aprendizagem e com a interação social destes alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise geral sobre a pesquisa apresentada, com o apoio das referências e dos referentes autores já citados, a inclusão da pessoa autista não está sendo desenvolvida de forma eficaz, por falta de capacitação dos docentes, assim, deixa lacunas no desenvolvimento do ensino e aprendizagem desse público. Diante disso, o processo de alfabetização e letramento não está sendo desenvolvido adequadamente.

No entanto, ante as lacunas metodológicas que não se adequa às necessidades do autista para o ensino e aprendizagem, ficam os resultados de alfabetização inadequadas para esses alunos: salas de aulas lotadas, docentes sem capacitação para incluí-los, as escolas desestruturadas no desenvolvimento da inclusão do aluno autista, do qual precisam promover a alfabetização e letramento. Neste sentido, temos um processo excludente, para se trabalhar com esses alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, com ou sem laudo. Ainda de



acordo com a pesquisa os profissionais, percebem que, em geral, não possuem direcionamento para as crianças com TEA em suas especificidades, fazendo assim, parte de um quantitativo geral, sem provas adaptadas para avaliá-los em suas limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, sabemos que o ato de alfabetizar é desafiador, uma vez que no Brasil, devido às desigualdades sociais, o ensino da língua com as crianças autistas pode ser ainda mais complicado do que o ensino para as crianças ditas “normais”. Outro ponto importante para ser destacado se refere a questão de a grande massa de professores não saberem acessar as crianças com TEA, eles não sabem o que fazer, como fazer e principalmente, como o aluno com autismo aprende a língua materna, uma vez que tem alunos que dependendo do grau do autismo podem apresentar comorbidades, como por exemplo, atraso de linguagem ou transtorno de linguagem, entre outras complicações.

Desse modo, percebemos que para alfabetizar o aluno com TEA é necessário que os docentes tenham capacitações em suas formações pedagógicas em serviços, pois entendemos que a escola é um organismo vivo e as dificuldades precisam ser problematizadas dentro desse contexto, além de ter observado com o estudo a relevância do papel do profissional de apoio especializado, pois ele pode ajudar no desenvolvimento do aluno em sala de aula de forma inclusiva.

Logo, fica evidenciado que o trabalho dentro da escola precisa ser feito de forma planejada, colaborativa e multidisciplinar, dessa maneira, as crianças com autismo serão incluídas e respeitadas dentro do processo de alfabetização e letramento, haja vista que a educação inclusiva tem um enfoque mais amplo, seja nas mediações pedagógicas ou no desenvolvimento intelectual, cognitivo, social, socioemocional.

REFERÊNCIAS

ASSUMPCAO JR, Francisco B; PIMENTEL, Ana Cristina M. Autismo infantil. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 37-39, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?s>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BARDIN, Laurence. Análises de conteúdo. LISBOA/Portugal: Edições 70, 2011. 229 p. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br>>. Acesso em: 03 de set. de 2020.



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional nº 91 de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa. Brasília, DF, 05 de out. 1988. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Orientações para implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SECADI, 2015. 200 p. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192> Acesso em: 10 ago 2020.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura.** *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 65-74, abr. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822009000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CAMPOS, K. P. B.; NARIO, J. F. S. ; SOUZA, A. G. . **A INCLUSÃO EDUCACIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES.** In: José Irivaldo A. O. Silva; Kelly Cristina Costa Soares; Kátia Patrício Benevides Campos; Shirley Barbosa das Neves Porto; José Marciano Monteiro; Sônia Maria Lira Ferreira. (Org.). Livro: Cidadania, Educação e Direitos Humanos no Semiárido. 1 ed.Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande-EDUFPG, 2012, v. 1, p. 103-129.

IMBERNÓN, Francisco. Cap.3: **Escola, qualidade, inclusão multiculturalidade e interculturalidade.** In: LEITE, Silvana Cobucci. Livro: Qualidade do ensino e formação do professorado: uma mudança necessária. São Paulo: Cortez, 2016, p. 67-82.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia.** 24º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Universidade de Campinas, Faculdade de Educação: Revista Brasileira de Educação, v. 14, 2009. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>> Acesso em 03 de set. 2020.

SANTOS, Jaciete Barbosa. **“Dialética da Exclusão/Inclusão” na História da Educação de “Alunos com Deficiência”.** Departamento de Educação I – NUPE: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA V.11, n. 17. p.27-44. Salvador: Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, 2002. Disponível em: < <http://www.uneb.br/Educacao/centro.htm>>. Acesso em: 01 set. 2020

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização: Leitura e Escrita, 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>> Acesso em: 03 de set. de 2020.